

ALIMENTO E TERRITÓRIO, ENTRE CIÊNCIA E SABER POPULAR

Melissa Salinas Ruiz¹
Marcos Aurélio Saquet²
Adilson Francelino Alves³
Felipe Barradas Correia Castro Bastos⁴

Resumo: Os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) são um projeto interinstitucional e colaborativo financiado pelo Estado do Paraná através de sua agência de fomento científico, a Fundação Araucária. O objetivo deste artigo é apresentar uma síntese da atuação de um destes NAPIs, intitulado “Alimento e Território”, além de expor algumas bases teóricas que orientam suas ações ao construir estratégias de (des)envolvimento sustentável e socialmente justo no Sudoeste do Paraná. Pensar a alimentação implica refletir sobre o território onde o alimento é produzido e consumido, compreendendo-se que aspectos culturais, econômicos e políticos perpassam a produção e o consumo. Explica-se também a metodologia de pesquisa-ação-participativa e sua importância ao construir um saber verdadeiramente popular e comprometido com a busca de soluções para as problemáticas dos grupos sociais marginalizados. Conclui-se que o NAPI - Alimento e Território promove uma práxis territorial descolonial profundamente enraizada nos saberes populares do Sudoeste do Paraná.

Palavras-Chaves: Alimento; Território; Agroecologia; Descolonial.

FOOD AND TERRITORY, BETWEEN SCIENCE AND POPULAR KNOWLEDGE

Abstract: The *Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação* (NAPI) is an interinstitutional and collaborative project funded by the State of Paraná through its scientific funding agency, the *Fundação Araucária*. This paper aims to present a synthesis of the performance of one of these NAPIs, the program called “Food and Territory”, and discuss theoretical bases that guide their actions when building sustainable and socially fair development strategies in the Southwest of Paraná. Thinking about food leads us to reflect on the territory where this food is produced and consumed, also on how its production and consumption are crossed by cultural, economic and political aspects. We also

¹ Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: melissa.salinas.ruiz@gmail.com

² Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: saquetmarcos@hotmail.com

³ Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: adilsonfalves@gmail.com

⁴ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: felipebccbastos@gmail.com

explain the participatory research-action methodology and its contribution to create a truly popular knowledge, committed to solve the problems of marginalized social groups. The paper concludes that *NAPI – Alimento e Território* constructs a decolonial territorial praxis deeply rooted in popular knowledge in the Southwest of Paraná.

Keywords: Food; Territory; Agroecology; Decolonial.

INTRODUÇÃO

Alimento e território têm uma relação intrínseca. Idealmente, os alimentos de origem vegetal e animal seriam produzidos naturalmente e cultivados conforme as características de cada território em sua pluridimensionalidade (natural-social). Pondera-se “idealmente” pois, de acordo a Cubillo, Quintero & Perea (2023), a lógica extrativista que predomina no sistema agrícola capitalista traz consigo pacotes tecnológicos capazes de produzir alimento em condições edafoclimáticas adversas a cada espécie. O mesmo, entretanto, não se dá sem prejuízo: desmatamento, desequilíbrio dos ecossistemas, proliferação de alimentos transgênicos, uso desenfreado de agrotóxicos, perda de saberes agrícolas tradicionais, etc (*ibid*).

O mesmo ocorre com os animais, cuja criação se relaciona diretamente às condições naturais e sociais, porém que cada vez mais se vê impactada pelo sistema agrícola capitalista. Contudo, acreditamos que a expansão de tal sistema não inviabiliza a afirmação de que os alimentos, juntamente a outros elementos de distintas ordens, constituem os territórios, contribuindo para a singularidade destes.

De modo geral, os produtos vegetais e animais que contêm valores nutricionais (embora nem tudo que tenha nutrientes e possa ser comida seja socialmente concebido como alimento [Wootmann, 2007]) e culturais, consumidos por humanos, revelam aspectos antropológicos, históricos, sociológicos e geográficos de cada território. Alimento, portanto, é o que se ingere para se reproduzir biologicamente ou, na formulação de Vandana Shiva, o alimento é a própria substância da vida (Shiva, 2016). O ser humano aproveita o que encontra na natureza para se alimentar e também cultiva, produz e transforma com técnicas e tecnologias, saberes e comportamentos culturais (Montanari, 2006; Lima, Ferreira Neto & Farias, 2015). O alimento é assim resultante de uma intersecção entre tradição e inovação, saberes e técnicas, identidade e troca, de adaptações territoriais. É cultivado, criado, colhido, produzido, preparado e consumido a partir das escolhas, possibilidades e condições do indivíduo, grupos e classes sociais (Montanari, 2006).

Esses alimentos, ao serem culturalmente significados e ressignificados, passam a carregar as marcas das comunidades que os consomem, tornando-se então “comidas” e transcendendo seu aspecto nutricional. Pensar essas comidas leva a discutir sobre variedade de composições, sabores, códigos de sociabilidade, identidade coletiva, rituais sociais, tradições, entre outros elementos. Este processo ressignifica os alimentos – tornados comidas – por meio de sabores e cores, odores e misturas, sentimentos, texturas e manejos específicos a cada cultura e território.

Os alimentos e as comidas, mesmo com esta diferença supracitada, têm qualidades próprias, industriais ou não, inerentes a cada produto animal e vegetal e, ao mesmo tempo, culturais, definidas em cada sociedade e contexto histórico, alterando-se no tempo e no espaço (Woortmann, 2007). Também se transformam as técnicas de cultivo e preparo dos alimentos de acordo com circunstâncias históricas. Para além das características edafoclimáticas particulares a cada território, a disponibilidade de recursos naturais e contingentes humanos radicados em dado território se altera ao longo de processos históricos de ocupação e uso do espaço.

Uma vez que o território é diacronicamente produzido por relações sociais, econômicas e políticas perpassadas por disputas de poder, precisamos considerar os efeitos de tais relações na produção e consumo alimentício. É sabido que fenômenos ocorridos em meados do século XX – como a chamada “Revolução Verde”, em âmbito global –, e a expansão das fronteiras agrícolas no contexto brasileiro – influenciada pelo contexto político, mas também pela ação de empresas como a EMBRAPA –, incorreram em mudanças significativas nas formas de ocupação territorial e nas técnicas preconizadas para a produção de alimentos em larga escala. Ao passo que ambos fenômenos impactaram sobremaneira a composição de estruturas fundiárias locais e (re)produziram desigualdades sociais, também influenciaram decisivamente na oferta de produtos vegetais e animais disponíveis ao consumo humano.

Ao enfatizarmos a relação de indissociabilidade entre alimento e território, buscamos ressaltar que intervenções territoriais afetam a produção de alimento e as próprias condições de vida dos habitantes de tais territórios. Assim, se estratégias de (des)envolvimento territorial não devem desconsiderar o âmbito alimentar, como é possível proceder para combater os efeitos das desigualdades historicamente (re)produzidas no acesso a alimento saudável, nutritivo e sustentável no território? E qual o papel do conhecimento científico e dos saberes populares na (trans)formação da interface entre alimento e território?

Os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) *Alimento e Território* – projeto interinstitucional financiado pela Fundação Araucária no Paraná –, propõe-se a construir estratégias de investigação-ação-participativa (IAP) que consideram as especificidades e complexidades dos territórios e agentes territoriais visando, a partir disso, contribuir para a soberania alimentar das comunidades do Sudoeste do Paraná, à medida em que promove um manejo ambiental mais consciente e alinhado a uma concepção agroecológica a qual compreende que o respeito ao meio ambiente perpassa pela mitigação das desigualdades em âmbito social (Saquet, 2021, 2022b).

O propósito deste artigo é apresentar a formulação de iniciativas enraizadas no Sul do Brasil voltadas à promoção do (des)envolvimento territorial sustentável por meio da agroecologia familiar enquanto estratégia de enfrentamento ao crescimento econômico ecologicamente predatório e socialmente excludente. A partir desta problemática inicial de pesquisa-ação, definimos três objetivos gerais: i) Coproduzir conhecimentos na interface universidade-sociedade-território por meio da formação, da pesquisa e da extensão; ii) Potencializar os saberes populares que mobilizam patrimônios territoriais na produção de bens e serviços que contribuem para o (des)envolvimento territorial (social, econômico, cultural e ambiental) do

Sudoeste e do Litoral do Estado do Paraná, contribuindo para aumentar a renda das famílias camponesas e para tornar o Paraná referência internacional no (des)envolvimento territorial sustentável; e iii) Contribuir para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no que se refere à agricultura sustentável voltada para a população paranaense, potencializando as singularidades territoriais dos “ecossistemas regionais” Sudoeste e Litoral do Paraná.

“Alimento e Território” consistem no tema do nosso programa de pesquisa-ação vinculado à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, intitulado Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI). O programa será financiado por esta instituição durante o período entre outubro de 2022 e setembro de 2025, do qual também participam instituições do estado e da sociedade civil organizada, tais como ONGs, associações camponesas, agroindústrias artesanais e familiares, universidades e institutos de pesquisa e extensão.

Para atingir os objetivos supracitados, formamos uma equipe interdisciplinar e interinstitucional, prezando pela diversidade etária, de gênero, acadêmica e de classe, com intuito de colocar em diálogo academia, movimentos sociais e demais agentes territoriais da sociedade civil comprometidos com a sustentabilidade ambiental, soberania alimentar e justiça social. Por isto nos referimos ao (des)envolvimento, nesta grafia específica, pois consideramos os saberes dos sujeitos nas nossas análises e nos envolvemos com eles no intuito de contribuir para resolver problemas imediatos, de curto e médio prazos. Trata-se de um processo de envolvimento mútuo, na pesquisa e na ação que estamos realizando.

O texto a seguir explora as atividades que estão sendo realizadas por meio do NAPI *Alimento e Território*, adotando-se técnicas da pesquisa qualitativa e da pesquisa-ação-participativa, destacando-se a pesquisa bibliográfica e documental; a coleta, tabulação e análise dos dados primários e secundários; a representação cartográfica (social e digital); a realização de oficinas e dias técnicos de campo (para cocriação de conhecimentos, implantação de equipamentos agroecológicos e formação acadêmico-profissional); e o máximo de convivência possível com os sujeitos do campo e da cidade envolvidos na produção, comercialização e consumo dos alimentos agroecológicos. Nas considerações finais, apresentamos alguns resultados preliminares dessas atividades no intuito de debater suas potencialidades e limitações.

CIÊNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SABERES POPULARES NA CONSTRUÇÃO DO (DES)ENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Uma espécie inteligente não pode basear sua existência na competição e na destruição de recursos escassos, que levaram bilhões ou no mínimo milhões de anos para surgir (Randall, 2022, p. 374).

A metodologia de pesquisa-ação-participativa foi vislumbrada desde a concepção do NAPI *Alimento e Território* como especialmente adequada para mediar a formação dos sujeitos envolvidos no arranjo, ou seja, agricultores(as) familiares, técnicos(as) agroecológicos(as), pesquisadores(as) e estudantes

(graduação e pós-graduação), dentro de uma proposta ampla voltada à transformação social no campo e na cidade (Saquet, 2022a).

A “pesquisa-ação-participativa” foi praticada e difundida desde o início da década de 1970 por acadêmicos latinoamericanos envolvidos em movimentos sociais, com destaque para o colombiano Orlando Fals Borda (1981) e o brasileiro Carlos Rodrigues Brandão (2006). Para além de preconizar a inserção dos investigadores junto às comunidades primariamente afetadas pelos fenômenos investigados e suprimir as divisões entre “sujeito” e “objeto” na prática científica, a pesquisa-ação-participativa tem na práxis transformadora seu objetivo principal. Com isso, alia-se o rigor investigativo à transformação política por meio de uma relação dialética e simbiótica entre conhecimento científico e saber popular que é especialmente conducente ao combate da desigualdade constitutiva das relações campo-cidade na América Latina (Rapport, 2020).

Desta feita, as atividades propostas pelo NAPI *Alimento e Território* estão acontecendo em fases sucessivas (históricas) considerando-se os fundamentos já conhecidos da pesquisa social aplicada, razão pela qual também trabalhamos com atividades simultâneas (relacionais), compreendendo-as como característica fundamental da pesquisa-ação-participativa. Esta é uma questão didático-pedagógica e política essencial, pois influi na consolidação de um campo de trabalho pautado na criação de relações de confiança profundamente ancoradas na imersão territorial por meio da reciprocidade, cooperação e solidariedade entre os sujeitos envolvidos nas etapas de pesquisa-ação. Tal abordagem se alinha com reflexões teóricas recentes que ressaltam quão imprescindível é a dialogicidade no campo científico da Geografia (Suertegaray e Paula, 2019).

Cumprе salientar que o NAPI *Alimento e Território* pode, ademais, ser interpretado como corolário de diversas experiências anteriores de pesquisa-ação no âmbito da ciência territorial, agroecologia e (des)envolvimento rural sustentável realizadas pelo *Grupo de Estudos Territoriais* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Alves, Carrijo & Candiotto, 2008; Candiotto et al., 2013; Saquet, 2014). Nesse sentido, buscamos fortalecer laços de confiança previamente construídos em outros projetos de pesquisa e cooperação com os sujeitos do campo e da cidade, com especial enfoque sobre as classes populares. Este viés, por sua vez, é fundamental não apenas para expandir as “interfaces” da universidade com a comunidade em seu entorno enquanto ferramentas de combate à desigualdade, mas também para demarcar um distanciamento crítico em relação a interpretações fragmentárias e reducionistas na geografia, cujo referencial teórico dito “pós-moderno” não é capaz de abarcar a complexidade das relações de poder entre os múltiplos sujeitos que fazem e desfazem o território por um processo dialético (Saquet, 2022a; Alves, 2008).

Um dos instrumentos centrais da pesquisa-ação é a cartografia social mediada pela “geocolaboração”, isto é, o processo no qual as pessoas contribuem voluntariamente com seu conhecimento. Assim, a cartografia social corresponde ao envolvimento da comunidade na representação da informação geográfica, reconhecendo seu território, identificando características plurais (sociais e ambientais), mapeando-as colaborativamente na direção da garantia do direito à propriedade (Pelegrina, 2020).

Outras mediações da nossa pesquisa-ação-participativa sucessiva e coexistente podem ser arroladas da seguinte forma:

a) Encontros e debates sistemáticos com os(as) distintos(as) colaboradores(as) e, principalmente, com os(as) agricultores(as) familiares, efetivando relações sujeito-sujeito em oposição à díade hierarquizada “objeto-sujeito”. Desse modo, viabilizamos as primeiras cooperações para: i) estabelecer sinergias com cada instituição partícipe do programa; ii) discutir, decidir e realizar as ações previstas; iii) definir o regulamento para a gestão do laboratório territorial de pesquisa, formação e extensão; iv) socializar e debater os conceitos, procedimentos e técnicas de pesquisa-ação entre os membros da equipe, bem como os objetivos, as metas e atividades, revisando e ajustando o programa sempre que necessário;

b) Definição das coordenações geral e regionais, considerando a diversidade das instituições e dos sujeitos, primando pela horizontalidade, transparência e diálogo durante o processo decisório e subsequentes contatos entre integrantes e colaboradores do NAPI *Alimento e Território*. O advento e difusão da tecnologia de informação sob a forma de softwares conducentes à realização de reuniões remotas é particularmente efetivo neste âmbito, uma vez que permite estreitar os vínculos entre as coordenações institucionais do NAPI *Alimento e Território* e seus membros;

c) Coleta, tratamento e análise dos dados com a participação direta da equipe coordenadora e dos demais colaboradores e, preferencialmente, dos habitantes de cada território de pesquisa-ação. Corresponde à chamada “devolução dos dados”, aos debates e à redação dos relatórios (diagnósticos), por meio da pesquisa participante focada na construção de um saber pautado pela escuta;

d) Realização das oficinas temáticas, cursos, dias de campo teórico-práticos e de outras atividades (in)formativas. Entendemos estes momentos como fundamentais para a pesquisa participante e na ação participativa, assim como a cartografia social e demais dinâmicas de grupos que aproximam pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros, cores, religiões etc., estimulando a coprodução de conhecimentos na interface universidade-território e ciência-saber popular, contribuindo para (re)valorizar os patrimônios territoriais na direção do alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁵;

e) Efetivação de reuniões periódicas de planejamento, analíticas e de avaliações, nas escalas regional e estadual, numa gestão territorial do NAPI *Alimento e Território* por meio de redes de diálogos, cooperação e solidariedade que extrapolam os limites da universidade, integrando também a comunidade internacional;

f) Acompanhamento continuado, participativo, analítico, avaliativo e reflexivo da pesquisa-ação realizada;

g) Coprodução do conhecimento aplicado, conforme as singularidades territoriais, ou seja, com os ecossistemas, com cada grupo social, saberes, técnicas e cosmologias, ajustando o conhecimento, as técnicas e tecnologias à cada território e tempo.

Trabalhar com o povo em contínua relação de ensino-aprendizagem é uma das maneiras encontradas pelo NAPI *Alimento e Território* para colaborar

⁵ Tratam-se de dezessete metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para promover o desenvolvimento social em escala global. Fonte: <[Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#)>. Acesso em 31 de mar. de 2024.

com a libertação político-cultural dos socialmente segregados, contribuindo para melhorar as condições de vida cotidiana a partir de seus conhecimentos herdados culturalmente e repassados de geração em geração, saberes estes que se vinculam intimamente à resolução de problemas, num movimento denominado de “ciência popular” (Fals Borda, 1981, 2006 [1980]; Bonilla, Castillo, Fals Borda & Libreros, 1972). Dada atenção à “ciência popular” é um instrumento central na execução de intervenções que almejam o combate à desigualdade, precisamente em razão de sua relação de alteridade para com a ciência ocidental, a qual sabidamente culminou num “violento paradigma de conhecimento” predominantemente avesso à natureza e a concepções igualitárias de sociedade (Shiva, 2016).

Tal perspectiva se vincula intimamente ao fortalecimento do paradigma de pensamento dito descolonial, que parte de Abya Yala⁶ para recuperar e valorizar os saberes ancestrais, entendendo que estes ainda incidem na experiência social dos povos, a despeito das tentativas de erradicá-los (Walsh, 2014). O colonialismo, entendido como sistema de dominação política, social e cultural formal e explícita de uma nação em relação a outra, já se encontra majoritariamente superado (Quijano, 1992). No entanto, o imperialismo que o sucedeu ainda opera sob a égide dos interesses de países ditos de “primeiro mundo”, em detrimento da periferia global.

A estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como ‘raciais’, étnicas, ‘antropológicas’ ou nacionais, de acordo ao momento, aos agentes e às populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foi inclusive assumida como categoria (de pretensão ‘científica’ e ‘objetiva’) de significação ahistórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Dita estrutura do poder, foi e ainda é marco dentro do qual operam outras relações sociais do tipo classista ou estamental [...] se observarem-se as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a ampla maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente membros das ‘raças’, das ‘etnias’, ou das ‘nações’ nas quais foram categorizadas as populações colonizadas⁷ (tradução nossa) (*ibid*, p. 12).

⁶ Nome dado às Américas pelos povos originários, significando “terra em plena maturidade” na língua Cuna (Walsh, 2014).

⁷ Empero, la estructura colonial de poder produjo las discriminaciones sociales que posteriormente fueron codificadas como ‘raciales’, étnicas, ‘antropológicas’ o ‘nacionales’, según los momentos, los agentes y las poblaciones implicadas. Esas construcciones intersubjetivas, producto de la dominación colonial por parte de los europeos, fueron inclusive asumidas como categorías (de pretensión ‘científica’ y ‘objetiva’) de significación ahistórica, es decir como fenómenos naturales y no de la historia del poder. Dicha estructura de poder, fue y todavía es el marco dentro del cual operan las otras relaciones sociales, de tipo clasista o estamental [...] si se observan las líneas principales de la explotación y de la dominación social a escala global, las líneas matrizes del poder mundial actual, su distribución de recursos y de trabajo entre la población del mundo, es imposible no ver que la vasta mayoría de los explotados, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las ‘razas’, de las ‘etnias’, o de las ‘naciones’ en que fueron categorizadas las poblaciones colonizadas.

A descolonialidade busca reverter os efeitos nocivos do colonialismo que perpetuam até os dias de hoje, sendo chamados por Aníbal Quijano de *colonialidade*. Uma colonialidade imbricada nas instâncias do poder, saber e do ser, razão pela qual “é tempo de aprender a nos livrar do espelho eurocêntrico no qual nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida”⁸ (tradução nossa) (Quijano, 2014, p. 828).

No mesmo sentido, Rivera Cusicanqui *et. al.* (2016) propõem que as ciências sociais latino-americanas rompam com binarismos reducionistas que levam a separar “corpo” de “mente” e “pensar” de “fazer”. Afirma, inclusive, que a recente relevância acadêmica do debate popular e descolonial ignora que tais críticas estão presentes em diversos territórios da América Latina desde muito antes da “popularização” do debate descolonial. Nas palavras da autora:

[...] é paradoxal e lamentável que tenhamos que legitimar nossas próprias ideias recorrendo a autores que fizeram ‘virar moda’ o tema da colonialidade, desconhecendo ou minimizando os trabalhos teóricos anteriores que, apesar de não usarem os mesmos termos, interpretaram e interpelaram a experiência da colonialidade intelectual com profundidade e coerência⁹ (tradução nossa) (Rivera Cusicanqui, *et. al.* p. 2, 2016).

A pensadora *Virlocha*¹⁰ defende que é impossível falar de justiça social enquanto não ocorre a liberação indígena e campesina, projeto que vai radicalmente contra a expansão econômica, política e de pensamento neoliberal (Mignolo, 2022).

Diante disso, falar em ciência popular significa ir além do positivismo científico europeu, cartesiano e excludente, para adentrar o “território” dos saberes plurais, emancipadores e descoloniais, pois profundamente comprometidos com o povo e suas problemáticas. Significa contribuir com a criação de um novo sujeito, livre para agir, para pensar e, tendo em mente as articulações de nosso NAPI, livre para plantar e comer (Saquet, 2021).

Enfim, não se trata da aplicação de teorias, conceitos e métodos eurocentrados, academicistas, urbanocêntricos e globalizantes. Busca-se, apesar das muitas dificuldades, contribuir na in(sub)versão teórico-metodológica e política dominante, trabalhando diretamente para e com as pessoas das classes populares produtoras de boa parte da nossa alimentação cotidiana (Saquet, 2019a, 2019b, 2022).

Neste sentido, as equipes de pesquisa que compõem o NAPI (base Sudoeste do Paraná) trabalham em estreita cooperação com entidades da sociedade civil organizada e cooperativas de agricultores familiares, dentre as quais pode-se destacar o Centro de Integração Madre Maria Domênica (CIMMAD) e a Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada

⁸ Es tiempo de aprender a librarnos del espejo eurocéntrico donde nuestra imagen es siempre, necesariamente, distorcida.

⁹ [...] resulta paradójico y lamentable que tengamos que legitimar nuestras propias ideas recurriendo a autores que han puesto de moda los asuntos del colonialismo, o ninguneando los trabajos teóricos anteriores, que si bien no usaron las mismas palabras, interpretaron e interpelaron la experiencia del colonialismo intelectual con profundidad y acierto.

¹⁰ Neologismo adotado pela autora para afirmar sua ancestralidade indígena. Em oposição às *vircholas* bolivianas que ocidentalizam suas roupas, a *virlocha* torna suas vestimentas o mais próximo possível de um manifesto a favor de sua ancestralidade indígena. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=r48b5RCoyBw>. Acesso em 07 de jul. de 2023.

(COOPAFI), ambas localizadas no município de Francisco Beltrão, bem como com a Cooperativa da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (COOAFASP) atuante nos municípios de Salgado Filho e Manfrinópolis. A criação de redes de colaboração e pesquisa-ação também envolve o estabelecimento de contatos profícuos com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) nos municípios de Francisco Beltrão, Marmeleiro e Dois Vizinhos, para além da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Em conformidade com o objetivo de contribuir para fortalecer a produção de alimentos pela agricultura familiar em franco combate às práticas produtivas hegemônicas pautadas na monocultura e no uso intensivo e degradante de agrotóxicos, o projeto dá particular enfoque sobre a ampliação da capacidade produtiva de entidades que aprovisionam a merenda escolar via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse âmbito, nossa equipe trabalha em cooperação com catorze famílias agricultoras vinculadas à COOPAFI, em Francisco Beltrão, por meio do fornecimento de sementes orgânicas para olericultura e da mediação para conseguir assistência técnica agroecológica: distribuimos as sementes, conforme as demandas de cada famílias, acompanhando tecnicamente, coletando os dados e analisando-os com os(as) agricultores(as). Tal objetivo supracitado também é almejado na cooperação com o CIMMAD, escola de 2º. turno para crianças da periferia urbana de Francisco Beltrão que não têm creche, onde se realizam oficinas semanais sobre meio ambiente com a comunidade escolar, bem como o manejo do cultivo de alimentos (verduras) na horta comunitária da mesma escola, alimentação esta consumida pelas crianças no almoço diária. Ali, então, contribuimos com cultivo da horta e na formação das crianças de 4 a 12 anos de idade.

Outra área de atuação do NAPI está focada na seleção e análise de variedades de produtos agrícolas essenciais na dieta dos paranaenses, como a batata-doce, a mandioca e o milho, produtos típicos da Abya Yala. Nesse contexto, investiga-se as possibilidades de cultivo agroecológico dessas culturas para promover o seu crescimento e contribuir para o aumento da renda das famílias rurais. Para isso, mudas dessas culturas são cultivadas nos laboratórios da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Dois Vizinhos, para distribuí-las aos produtores familiares interessados e atendidos por nosso NAPI. Em fevereiro e maio de 2023, eles conseguiram atender, respectivamente, famílias radicadas nas comunidades de José Lutzenberger em Antonina, Salgado Filho e Manfrinópolis, fornecendo mudas de cinco variedades de batata-doce desenvolvidas pela Embrapa.

RESULTADOS PARCIAIS

A seguir expomos sinteticamente resultados parciais obtidos entre fevereiro de 2023 e janeiro de 2024, por meio da nossa pesquisa-ação-participativa, com ênfase nas ações realizadas no Sudoeste do Paraná. Optamos por este recorte porque a equipe de pesquisa que atua no Sudoeste foi a primeira a ser consolidada, razão pela qual as iniciativas do NAPI nessa região vêm acontecendo há mais tempo do que no Litoral, onde os convênios financeiros foram assinados mais tarde.

FAMÍLIAS ATENDIDAS COM SEMENTES ORGÂNICAS

Com os recursos da Fundação Araucária, em convênio com UNIOESTE -Francisco Beltrão, adquirimos sementes de diferentes tipos de hortaliças como alface, almeirão, cenoura, couve-flor, tomate, abóbora e berinjela para experimentação, ou seja, distribuição, acompanhamento, registro e análise dos resultados da cultura, identificando potencialidades produtivas dessas culturas. Até o momento (01/24), o número de famílias beneficiadas pelas sementes foram, por município: 14 em Francisco Beltrão, 20 em Salgado Filho, 9 em Marmeleiro/Renascença e 4 em Dois Vizinhos.

Ademais, distribuimos mudas de cinco variedades de batata-doce na Cooperativa da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (COOAFASP) em Salgado Filho, conforme fora supracitado. Nesta cooperativa, a assistência técnica é realizada por um técnico cedido pela Prefeitura Municipal de Salgado Filho, PR.

Figura 1. Abóbora Tortuga resultado da cooperação com o NAPI



Fonte: acervo dos pesquisadores, 2023

Além da produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos – visto que diversas das famílias atendidas já plantaram e colheram variedades a partir das sementes doadas (Figura 1), destinando-as para consumo e/ou comercialização –, a aplicação de questionários junto às famílias permitiu ampliar a percepção sobre os desafios contemporâneos da produção agroecológica de alimentos. Tal retorno orientará os próximos passos do NAPI *Alimento e Território*, contribuindo com o *corpus* teórico que, a partir de uma filosofia popular de base territorial e solidária, dedica-se à (co)construir soluções para superar desafios identificados no processo de pesquisa e ação.

Até o momento, nos cinco (5) municípios supracitados, identificamos, como substanciais desafios à agricultura familiar:

- Limitado acesso à assistência técnica;
- Dificuldade para acessar editais de fomento ao cooperativismo e para pequenos investimentos da agricultura familiar, como a construção de

estufas para diminuir as perdas diante das chuvas intensas, geadas e estiagens;

- Necessidade de adequar a produção agroecológica de alimentos às variedades adquiridas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Perdas de sementes e mudas, e produções menos expressivas em virtude das mudanças climáticas, em especial, decorrentes do alto índice pluviométricos dos meses de outubro e novembro de 2023;
- Evasão do campo rumo às cidades, conseqüentemente, falta de mão-de-obra para trabalhar no campo;

LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO E POTENCIALIZAÇÃO DE REDES CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO

O NAPI realizou o mapeamento das feiras livres dos trinta e sete municípios que compõem o Sudoeste do Paraná, segundo o IBGE. Em Francisco Beltrão, o levantamento diagnóstico das feiras livres do município aconteceu através da aplicação de questionário e constante diálogo com os feirantes, a fim de saber a variedade de alimentos ofertada nas feiras e os principais desafios dos agricultores(as).

Destacamos que o referido trabalho possibilitou realizar ações no sentido de potencializar essas redes curtas de comercialização, conforme se deu com a feira livre do bairro Vila Nova, da cidade de Francisco Beltrão. Diante da principal demanda dos agricultores, nesse caso específico (aumentar as vendas), o NAPI *Alimento e Território* criou, em colaboração com os feirantes, uma arte de divulgação para a feira, a qual foi impressa na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Francisco Beltrão e distribuída pelos pesquisadores nas residências do bairro. Dessa iniciativa, aparentemente simples, os feirantes perceberam um incremento no número de clientes, conforme relato:

Boa tarde, tudo bem? Ô, tá dando resultado os panfleto que cê distribuiu lá no Vila Nova, tá. Tá bom o movimento, tá aumentando o movimento da feira, viu? Muito obrigado, viu” (áudio recebido por pesquisadora do NAPI via WhatsApp em 09-12-23).

Além de fortalecer as feiras livres que já atuam em Francisco Beltrão, o NAPI *Alimento e Território* realizou levantamento destinado a investigar se existe interesse na reativação da feira da agricultura familiar que acontecia semanalmente dentro da UNIOESTE – Francisco Beltrão, a qual teve de ser interrompida devido à pandemia do Covid 19. Utilizando a metodologia *survey* com amostra por conveniência (Gil, 1994), pesquisadores do NAPI e do *Paraná Mais Orgânico* conversaram com estudantes, servidores e trabalhadores terceirizados que circulam no campus da universidade, obtendo por meio desse importante levantamento inicial que sinaliza para o interesse no retorno da feira. Agora, entre janeiro e fevereiro de 2024, os dados obtidos nesse levantamento estão orientando a implementação do sistema de compra garantida por meio de cestas, a partir do qual agricultores(as) que já são atendidos pelo NAPI irão dispor, a partir de março deste ano, de mais uma rede de comercialização para seus produtos.

ESTUDO SISTÊMICO DA AGROBIODIVERSIDADE

Consoante já mencionamos, pesquisadores da UTFPR – Dois Vizinhos estão trabalhando atualmente na seleção e início do estudo sistêmico de variedades agrícolas essenciais aos paranaenses, como a batata-doce, a mandioca e o milho crioulo. Assim, investigam as potencialidades do manejo agroecológico das referidas culturas e adquirem os equipamentos necessários para a conservação das sementes crioulas, tendo como intuito difundir seu cultivo e contribuir no incremento na renda dos agricultores familiares. Dessa iniciativa, já foi possível atender com mudas de batata-doce algumas famílias da comunidade José Lutzenberger, em Antonina, e também famílias de Salgado Filho e Manfrinópolis. Para 2024, estimamos compartilhar mais mudas das variedades mencionadas com agricultores do Litoral e Sudoeste, pois, com recursos financeiros do NAPI *Alimento e Território*, estamos construindo uma estufa (“casa de vegetação”), na UTFPR – Dois Vizinhos, para produzir as matrizes de mandioca e batata-doce em ambiente controlado.

PUBLICAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Dentro da perspectiva de realizar nossa pesquisa-ação no âmbito de uma ciência popular (Saquet, 2022c), o NAPI *Alimento e Território* produziu: i) um dossiê temático compilando trabalhos apresentados no *I Encuentro Internacional de Metodologías Cualitativas de Investigación y/o Acción - Desarrollo Territorial Sostenible* publicado pela Revista Campo-Território (2023); ii) Artigos publicados e submetidos em revistas científicas ranqueadas como Qualis A; iii) Mapas variados com conteúdo pertinentes ao Sudoeste do Paraná e que respaldam publicações e apresentações em eventos internacionais; iv) Cartilhas populares (Ruiz; Celuppi, 2023) (em fase de pré-publicação) e mapas com dados sobre agricultura familiar e cooperativismo em colaboração com a UNICAFES Paraná (Alzate Hoyos, 2023) (ainda não publicados); v) Materiais de apoio diversos (caderno agroecológico, panfleto para feira, materiais para as oficinas etc.); vi) Nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2023, realizamos o Seminário Internacional “Novos paradigmas e novos modelos de ação: do local ao global e retorno”, na Universidade Federal do Paraná, Campus de Matinhos, PR; vii) Entre os dias 25 e 27 de maio de 2023, realizamos o *I Encuentro Internacional de Metodologías Cualitativas de Investigación y/o Acción - Desarrollo Territorial Sostenible* em Montevidéu, no Uruguai, viii) Curso de extensão chamado *Educación, Ciencia Popular, Territorio y Subjetividades en Investigaciones Interdisciplinarias*, organizado pela Faculdade de Psicologia da *Universidad de la República* (Uruguay) em cooperação com o NAPI *Alimento e Território*; ix) Atividades de organização referentes ao “II Colóquio Internacional Alimento e Território”, o qual acontecerá nos dias 13 e 14 de junho de 2024 no Instituto Federal do Paraná, em Curitiba;

Embora esta descrição possa ser compreendida como um formato relatório, acreditamos que se faz necessária, em especial, para mostrar ao público interessado na temática, como estamos “navegando” no território, com muita inserção territorial e compromisso político, pesquisando e colaborando, simultaneamente, processo complementado com a formação. Formação esta, obviamente, que acontece com os sujeitos do projeto e conosco, pois estamos sempre aprendendo sobre o tema e a problemática de pesquisa-ação centrada a

produção e comercialização de alimentos agroecológicos. Neste sentido, as oficinas têm centralidade em nossas ações.

Considerando a relevância do diálogo para nosso projeto e para a própria universidade, estamos mantendo contato semanal com as lideranças locais e regionais, bem como com os agricultores e as agricultoras, colocando-se à disposição da comunidade. Assim, estamos pesquisando colaborando e cooperando, praticando as “tradicionalistas” fases da pesquisa (bibliográfica, documental, secundária e primária), coexistindo-as com atividades como a cartografia social, as reuniões de diálogo e decisão, as reuniões de planejamento e as oficinas formativas.

Em destaque está o fato dos pesquisadores do NAPI *Alimento e Território* terem ministrado, em 2023, oficinas semanais na instituição de ensino de contraturno CIMMAD, realizando atividades destinadas à sensibilização ambiental das crianças. Aludido trabalho resulta de uma trajetória de projetos de (des)envolvimento territorial popular realizados pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) no bairro Padre Ulrico, periferia urbana de Francisco Beltrão, na qual se localiza o CIMMAD (Saquet, 2023a).

Também em Francisco Beltrão, a Escola Municipal Rural Professor Parigot de Souza recebeu os pesquisadores do NAPI para oficinas nos meses de outubro e novembro de 2023. Localizada na comunidade rural do Jacutinga, nossa presença na escola permitiu estreitar ainda mais o vínculo de nosso grupo de pesquisa com as famílias dessa localidade.

A partir dessas iniciativas, formularam-se atividades pedagógicas pensadas a fim de desenvolver a consciência ambiental das crianças de maneira lúdica, com potencial para serem importantes ferramentas à docentes, pedagogos e demais sujeitos engajados no trabalho que alie meio ambiente e valorização da infância. Para 2024, além de dar continuidade às oficinas, o NAPI pretende socializar as experiências realizadas em sala de aula, tanto através de publicações como da participação em eventos.

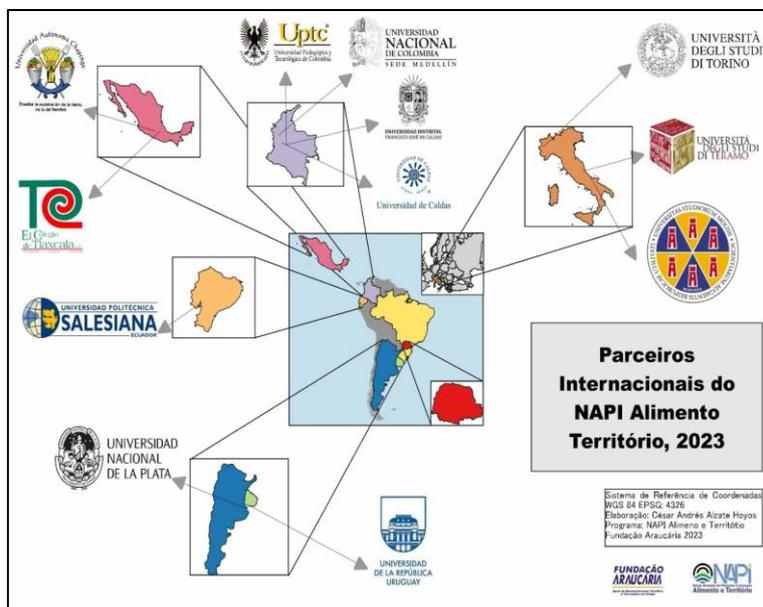
CONSOLIDAÇÃO DE PARCERIAS

No Sudoeste, acreditamos que conseguimos consolidar as relações de pesquisa e ação com a COAFAR-Dois Vizinhos, COAFASP-Salgado Filho, IDRs de Marmeleiro, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, UNICAFES Paraná, Paraná Mais Orgânico, COOPAFI-Francisco Beltrão, CIMMAD e Escola Municipal Rural Professor Parigot de Souza.

Sinteticamente, alguns resultados alcançados até o momento por meio dessas cooperações, foram: i) Oficinas semanais de sensibilização ambiental no CIMMAD e mensalmente na Escola Municipal Rural Professor Parigot de Souza, onde se trabalharam temas como reciclagem, produção de energia limpa, alimentação saudável, etc. ii) Incentivo à produção de alimentos agroecológicos através da distribuição de sementes e mudas a famílias de agricultores em Francisco Beltrão, Salgado Filho, Marmeleiro, Renascença e Dois Vizinhos, com subsequente acompanhamento realizado em parceria com as cooperativas e agrônomos(as) dos IDR's supracitados, contribuindo para aumentar a produção comercializada, principalmente, via PAA/PNAE e entrega em domicílios urbanos; iii) Com a UNICAFES-Paraná, colaboração na redação de um plano de trabalho destinado à sensibilização e capacitação das equipes de gestão de dez (10) cooperativas para aderirem à produção agroecológica,

além da produção de cartilhas e mapas com dados sobre a agricultura familiar e cooperativismo no Paraná;

Mapa 1. Parceiros Internacionais do NAPI Alimento Território



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Em âmbito internacional (mapa 1), as parcerias do NAPI já possibilitaram a organização e realização de eventos acadêmicos de impacto internacional – com a subsequente publicação de dossiês temáticos –, e a promoção de cursos, consolidando uma rede de pesquisadores comprometidos com o (des)envolvimento territorial sustentável, justo e solidário, de base cooperativa e participativa.

OS DESAFIOS DA PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA

Por adotar uma perspectiva contrária à lógica extrativista que orienta as relações contemporâneas da sociedade com o ambiente, a equipe do NAPI *Alimento e Território* concorda com Cubillos, Quintero & Perea (2022) quando identificam três pontos fundamentais de contribuição que surgem a partir do diálogo entre práxis descolonial e a agroecologia, quais sejam: a) epistemológico; b) político; c) ontológico. Desse modo, optamos por estruturar a exposição dos desafios enfrentados até o momento dentro desses três eixos orientativos.

DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS

A preocupação de coproduzir conhecimentos, valorizando a construção de laços de confiança, é empreitada epistemológica complexa porque se dá atenção às problemáticas que costumam ser negligenciadas pela racionalidade academicista (Saquet, 2022c). Esse processo é diametralmente oposto ao que se vislumbra contemporaneamente nas universidades, conforme critica Mbembe (2016, p.31), onde a produção é medida, preferencialmente, em

termos estatísticos e, a “excelência de ensino é reduzida à contabilidade estatística” (tradução nossa)¹¹.

Assim, buscamos trabalhar na interface universidade-território junto às comunidades urbanas e rurais, construindo a pesquisa-ação-participativa a partir do método de coexistências – pelo qual somos cientes de que vivenciamos simultaneamente múltiplas temporalidades e territorialidades, às quais se dão em diferentes ritmos, processos e escalas – com ênfase na materialidade da vida cotidiana (Saquet, 2023b).

Nessa seara, o NAPI enfrenta o desafio de agir localmente e com base nas necessidades concretas das famílias – sujeitos do projeto -, compreendendo que a ciência popular se dá na ação, mesmo que esta não possa ser quantificada em termos curriculares e estatísticos. Diante disso, iniciativas como “puxirões¹²” para limpeza de hortas e construção de estufas (Figura 2), panfletagem, entre outras, são ações realizadas pelo NAPI inspiradas na ciência popular de base local e solidária, que não se furta de agir com o povo e para o povo, materializada pela pesquisa-ação-participativa (Saquet, 2023b). Diante disso, relevante desafio enfrentado pelo NAPI é contribuir na descolonização da universidade, a fim de que esta busque produzir conhecimentos cada vez mais úteis para as classes sociais mais vulneráveis (Saquet; Cichoski, 2022). Estamos reconhecendo, evidentemente, que este processo é lento e complexo diante dos desafios do fazer científico mediado pelas ações de cooperação entre pesquisadores e sujeitos populares.

Figura 2. Puxirão para construção de estufa para produção de alimentos agroecológicos



Fonte: acervo dos pesquisadores, 2024.

Acima retratamos uma das etapas do processo de construção de uma estufa de aproximadamente 50x5 metros, cuja finalidade será a produção de alimentos agroecológicos, com ênfase nas olerícolas. Nesse trabalho,

¹¹ [...] excellence in teaching reduced to statistical accountancy.

¹² Iniciativa de auxílio coletivo em contextos comunitários. Fonte: <<https://dicionario.priberam.org/puxir%C3%A3o>>. Acesso em 31 de mar. de 2024.

pesquisadores do NAPI contaram com o saber popular do agricultor, quem orientou a equipe quanto à preparação prévia do terreno (carpindo e quebrando pedras grandes com a picareta), a escavação de buracos (utilizando o trado e pás) e a posterior colocação dos tubos (enchendo os buracos com terra e pedras para firmar os tubos à terra).

DESAFIOS POLÍTICOS

Há muitos empecilhos relacionados à auto-organização de camponeses e camponesas, bem como à sua emancipação política, o que culmina, por exemplo, em exigências legislativas sobre produção de alimentos que se demonstram pouco cientes das dificuldades concretas vivenciadas por quem está produzindo alimentos agroecológicos. Especificamente, a Lei 16.751/10 promulgada no Paraná leva à urgência de aumentar a produção de mudas orgânicas, porém, não se considera limites como a falta de mão-de-obra, a dificuldade na obtenção de recursos para construção das estufas e também o escasso acesso à conhecimento específico acerca da produção de mudas. Nas palavras do coordenador da Escola Latinoamericana de Agroecologia:

Precisa ter uma política pública de estado que possa incentivar o agricultor na produção agroecologia, incentivar a pesquisa em relação ao combate as pragas, ter incentivo em tecnologia para o aumento da produtividade para que de fato possa fortalecer a agricultura familiar e os agricultores dos assentamentos (Ozerkovski, 2019).

Sem tais políticas públicas de incentivo à transição orgânica e agroecológica, a disparidade entre legislação e vida cotidiana pode vir a aprofundar as desigualdades sociais, pois poderá implicar na impossibilidade dos agricultores(as) de produzir o que está sendo exigido por lei no que se refere ao PAA/PNAE até 2030. Tal fato se faz particularmente grave, já que nosso trabalho de pesquisa-ação-participativa constatou a centralidade deste mercado institucional para a vida dos sujeitos da agricultura familiar.

Outro desafio observado diz respeito à dificuldade para acessar recursos de iniciativas de fomento que, embora almejem beneficiar a agricultura familiar, não são concebidas com atenção aos agricultores(as). Parece que estes últimos não são ouvidos e considerados no processo de construção e definição de tais políticas de financiamento. A título de exemplo, mencionamos os prazos muito curtos nos editais, além do elevado número de documentos solicitados, dificultando o acesso das cooperativas da agricultura familiar aos financiamentos públicos. Cabe enfatizar que diversas cooperativas são geridas pelos próprios agricultores familiares, os quais acabam tendo que conciliar esses aspectos burocráticos com o cotidiano da produção em seus estabelecimentos rurais.

Em síntese, ao que tudo indica, a partir das pesquisas realizadas, ainda não há uma prática de imersão social e reconhecimento da importância do envolvimento dos sujeitos interessados na construção das respectivas políticas embora, muitas vezes, sejam denominadas de públicas. Portanto, um dos desafios do NAPI *Alimento e Território* é dar continuidade à práxis de investigação e cooperação que vem sendo realizada por sua equipe interinstitucional e interdisciplinar, a partir da qual se coproduzem valorosas

aprendizagens no que se refere ao processo de envolvimento territorial de base popular, sustentável e solidária (Saquet; Cichoski, 2022; Saquet, 2023a).

DESAFIOS ONTOLÓGICOS

“A construção de uma sociedade mais justa e ecológica¹³” (Saquet; Cichoski, 2022, p.114) implica, entre outros elementos, na valorização dos saberes locais e preservação ambiental, das subjetividades e cosmologias, da participação social e conquista de autonomia decisória, culminando na cooperação e construção de laços de confiança e respeito mútuo entre pesquisadores e sujeitos populares durante o processo de pesquisa-ação. Desse modo, à medida que esse contato foi se intensificando, os pesquisadores do NAPI viram necessidade de reconfigurar suas ações e estratégias, adequando-se aos distintos ritmos, modos de ser e viver de camponeses(as). O caderno agroecológico, por exemplo, inicialmente concebido para facilitar o controle dos próprios agricultores sobre o plantio e colheita das variedades de sementes doadas pelo NAPI, revelou-se uma iniciativa com pouca adesão. O acompanhamento passou então a ser feito, preferencialmente, por mensagens de voz e áudio pelo *WhatsApp*, porém sempre com atenção e respeito a aspectos da vida cotidiana dos envolvidos (como respeito aos horários de contato, assim como às circunstâncias familiares de cada agricultor, evitando que a troca de mensagens se tornassem uma cobrança).

Destacamos que, apesar dos desafios apresentados, a opção pela metodologia de pesquisa-ação-participativa está se mostrando adequada na realização do que está previsto em termos de objetivos e metas, por meio de uma ciência popular feita na interface universidade-território. Dessa maneira, a identificação e solução dos problemas é realizada através do contato frequente e dialógico entre pesquisadores do NAPI e sujeitos populares, fomentando nosso envolvimento territorial e a integração de ciências e saberes populares.

Contrariando a crescente perspectiva mercadológica que acomete as universidades (Mbembe, 2016), o NAPI preconiza a consciência de lugar, a qual só é ativada por meio da imersão propiciada pela pesquisa-ação-participativa (Saquet; Cichoski, 2022). Uma imersão que não é neutra, mas engajada e comprometida com a transformação social por meio da valorização daquilo que é local e popular, contribuindo-se na emancipação dos grupos que são subalternizados (Ortiz-Ocaña, López & Conedo, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo NAPI *Alimento e Território*, buscamos implementar no Sudoeste do Paraná processos que obtiveram êxito em âmbito internacional, porém sem perder atenção às particularidades do território. Partimos do local, das necessidades e dos desejos dos sujeitos, (re)criando-se participativa, popular e dialogicamente o envolvimento territorial a partir do alimento e da comida como problemática transversal e vital para a sociedade sobretudo quando se compreende o relevante papel da soberania alimentar dentro da concepção agroecológica de manejo sustentável e justiça social. Com base nisso, a

¹³ La construcción de una sociedad más justa y ecológica.

atuação do NAPI *Alimento e Território* e seus colaboradores têm contribuído diretamente para a produção de territórios onde predominam boas práticas, através do mapeamento e da valorização dos produtos típicos e das redes curtas, dos saberes e fazeres populares, sempre buscando conservar a biodiversidade, à medida que integra universidade e território num movimento horizontal, respeitoso e participativo, de ciência popular e práxis de cooperação e solidariedade.

Nesse âmbito, defendemos que o NAPI *Alimento e Território* constrói uma práxis alinhada aos saberes entendidos como de base, ultrapassando os limites – físicos e institucionais –, da universidade para dialogar nos espaços marginais e fronteiriços. Consideramos que a pesquisa-ação-participativa se relaciona intrinsecamente com a promoção da justiça social, razão pela qual é mister o envolvimento dos socialmente marginalizados na construção de soluções coletivas para seus problemas cotidianos.

Temos, portanto, no NAPI e seus colaboradores, importantes agentes de transformação territorial, sendo parte relevante do que se poderia chamar de ecologia de saberes e de sabores no Sudoeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável**: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (PR). 2008, 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ALZATE HOYOS, C. A. **Número de certificações orgânicas da Rede Ecovida no Sudoeste-PR**. 2023. (não publicado)

ALZATE HOYOS, C. A. **Número de experiências de transição orgânica nos municípios do Sudoeste -PR**. 2023. (não publicado)

ALZATE HOYOS, C. A. **Mapa de parcerias internacionais NAPI-2023**. 2023.(não publicado).

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BONILLA, V.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O.; LIBREROS, A. **Causa popular, ciencia popular**. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

CANDIOTTO, L.; SCHIMITZ, L.; CICHOSKI, P.; MEIRA, R. A. de; MEIRA, S. G. de; DAMBROS, T. **Agricultura orgânica em oito municípios do Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2013.

CUBILLOS, J. J. L.; QUINTERO, H. F. T; PEREA, L. J. L. Extractive Logic of the Coloniality of Nature: Feeling-Thinking Through Agroecology as a Decolonial Project. **Capitalism, Nature and Socialism**, v. 34, n. 1, 2023, p. 88-

106. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10455752.2022.2127416>.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, R.; FERREIRA NETO, J.; FARIAS, R. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade, **Demetra**, v. 10, n. 3, 2015, p. 507-522.

MBEMBE, Achille. Decolonizing the university: New directions. *Arts & Humanities in Higher Education*, vol. 15, n. 1, 2016, p. 29-45.

METODOLOGIAS qualitativas de pesquisa e/ou ação. **Revista Campo e Território**, v. 18, n. 51, 2023. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/2376>.

MIGNOLO, W. El potencial epistemológico de la historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui. In: **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. MATO, D. (compilador). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Caracas, Venezuela, 2002.

MONTANARI, M. **Il cibo come cultura**. Roma; Bari: Laterza, 2006.

ORTIZ-OCAÑA, A.; LÓPEZ, M. I. A.; CONEDO, Z. P. Metodología 'otra' en la investigación social, humana y educativa: el hacer decolonial como proceso decolonizante. **FAIA**, v. 1, n. 3, 2018, p. 172-200.

OZERKOVSKI, N. Agora é lei: Estado do Paraná terá alimentação escolar 100% orgânica. [Entrevista concedida a] Antonio Kanova. **Escola Latinoamericana de Agroecologia**, 5 nov. 2019. Disponível em:
<https://elaa.redelivre.org.br/2019/09/05/agora-e-leia-estado-do-parana-tera-alimentacao-escolar-100-organica/>.

PARANÁ. **Lei n. 1675, de 29 de dezembro de 2010**. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2010.

PELEGRINA, M. Cartografia social e uso de mapeamentos participativos na demarcação de terras indígenas: o caso da TI Porto Limoeiro – AM, **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 1, 2020, p.136-152. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/138814>.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indíg.** v. 13, n. 29, 1992, p. 11-20. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **Cuestiones y horizontes** : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires : CLACSO, 2014, p. 777-832.

RANDALL, L. **O universo invisível.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RAPPAPORT, J. **Cowards don't make history:** Orlando Fals Borda and the origins of Participatory Action Research. Nova Iorque: Duke University Press, 2020.

RIVERA CUSICANQUI, S., et. al. Debate sobre el colonialismo intelectual y los dilemas de la teoría social latinoamericana. **Cuestiones de Sociología**, 14, e009, 2016.

RUIZ, M. S.; CELUPPI, D. **Cooperativismo: questões fundamentais um guia para entender pontos importantes sobre o cooperativismo e sua origem.** Francisco Beltrão: Unioeste – Campus Francisco Beltrão, 2023 (em fase de pré-publicação).

SAQUET, M. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019a.

SAQUET, M. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, **AGEI - Geotema**, Suplemento 2019b, p. 5-16. Disponível em: https://www.ageiweb.it/geotema/wp-content/uploads/2019/11/Suplemento2019_1_Saquet.pdf.

SAQUET, M. Alimentación y territorio: la reproducción de prácticas agroecológicas ante la hegemonía do “agronegócio” en el Sur de Brasil. In: **Perspectives on rural development**, v. 2020, n. 4, p. 23-56, 2020.

SAQUET, M. & ALVES, A. (Org.). **Perspectivas de desarrollo rural en América Latina.** Salento, Itália: Università di Salento, 2020. p. 23-56.

SAQUET, M. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, 2021, p. 54-78.

SAQUET, M. Agricultura camponesa e práticas agroecológicas: abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1370/546>.

SAQUET, M. Entre a “Modernidade” e a “Pós-Modernidade”: a continuidade da colonialidade. In: CASTRO, Claudio et al. (Orgs.) **Geografias fora do Eixo:** por

outras geografias feitas com práxis territoriais. Londrina: Editora Liberdade, 2022a, p. 17 - 48.

SAQUET, M. Territeriologia na/da práxis? **Mercator**, Fortaleza, v. 21, e21031, 2022b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/z8q7mPJvFb3R9djSwhhN8bH/?format=pdf>.

SAQUET, M. **Singularidades - um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022c.

SAQUET, M; CICHOSKI, P. Territorios y (des)arrollo raíz: contribuciones para una perspectiva de investigación y cooperación popular, decolonial y contrahegemónica. In: MORALES, D.; SARIOGO-KLUGE, L.; TEIXEIRA, T. (Orgs). **Territorios y Desarrollo: teorías, debates y casos desde América Latina**. San José, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, Vicerrectoría de Investigación, CICAP, 2022.

SAQUET, M. GETERR, 20 anos: a construção de um grupo de pesquisa-ação-participativa. **Faz ciência**, v. 25, n. 42, 2023a, p. 9-22.

SAQUET, M. The Method of Coexistences in the University-Territory Interface. **Perspectiva Geográfica**, v. 28, n. 2, 2023b, p. 1-20.

SUERTEGARAY, D. M. A.; PAULA, C. Q. de. Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. **AMBIENTES**, v; 1, n. 1, 2019, p. 79-102.

SHIVA, V. **Who Really Feeds the World? The failures of agribusiness and the promise of agroecology**. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

WALSH, C. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados - Educación y Sociedad**, a.1, n. 1, 2014, p. 17-31.

WOORTMANN, E. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 177-196.